



EDUCAÇÃO DO CAMPO E SAÚDE COM EDUCANDOS DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA VOLTADO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO CRMB: UM CAMINHO PARA AUXILIAR NA INCLUSÃO SOCIAL

Deusanete Pinto Machado¹

Maria Eliane de Lima²

Eixo temático: Educação especial e suas interfaces com a educação do campo
Comunicação oral

RESUMO: Este trabalho surgiu a partir da necessidade de chamar a atenção para a questão da inclusão social através da educação e saúde dentro do ambiente escolar, com a turma do curso Técnico em Agroecologia voltado para os povos indígenas, do Campus Rural de Marabá (CRMB). Neste sentido, foi realizada uma roda de conversa, num trabalho de cunho preventivo, através de orientações. Na oportunidade foi apresentado o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas do Campus (NAPNE), seus objetivos, projetos e ações no ano de 2013, subsidiados por normativas institucionais, leis e decretos, a exemplo da Lei nº 10.098 de 2000 onde no seu Art. 1º estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. Foram aplicados questionários para detectar possíveis demandas destas necessidades, a fim de subsidiarem ações e projetos que foram trabalhados no decorrer do curso. De 24 educandos que participaram da atividade, apenas 04 responderam que possuem alguma necessidade específica. Estes resultados serviram de parâmetros para ações futuras, criação de editais através da assistência estudantil, dentro da instituição, dentre outras, afim de, garantir qualidade no ensino/ aprendizagem e permanência destes, com qualidade de vida na sua totalidade.

Palavras-chave: educação do campo; prevenção; inclusão

¹ Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Rural de Marabá (CRMB), Mestranda em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares/ IFPA-Campus Castanhal- Turma Marabá Rural;

² Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Rural de Marabá (CRMB), Mestranda em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares/ IFPA-Campus Castanhal- Turma Marabá Rural.



INTRODUÇÃO

O acesso livre dos indivíduos, a todos os lugares, é um direito universal garantido na constituição de 1988, com autonomia e segurança de adentrarem em lugares públicos e privados. A inclusão social na educação, ainda se caminha lentamente, a acessibilidade nos espaços escolares, a situação se agrava ainda mais, é fácil a identificação de escolas onde o acesso ainda é deficitário e, por vezes, impossível para aqueles que possuem alguma deficiência.

A Lei 10.098 de 2000 no seu Art. 1º “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação”.

Aranha (2004), revela que a trajetória do processo de inclusão das pessoas com deficiência sofreu avanços consideráveis, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (O.N.U), Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, Programa de Ação Mundial relativo as pessoas com Deficiência, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, Declaração e Programa de Ação de Viena, Normas sobre Equiparação de Oportunidades para pessoas com Deficiência, Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, Constituição Federal (Brasil, 1988) Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Brasil, 1999), Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001a), Diretrizes Nacionais a Educação Especial na Educação Básica (Brasil b), Projeto Plurianual de Implantação da Educação Inclusiva: Acesso e Qualidade para Todos nos Municípios Brasileiros.

Apesar desses avanços na legislação, a realidade do processo de inclusão na



prática deixa muito a desejar, primeiro, pelo desconhecimento da legislação, falta de clareza quanto a operacionalização do processo de implementação de sistemas educacionais inclusivos, necessidade de se atrelar a determinação de dotação orçamentária aos procedimentos exigidos pela lei, por ocasião de sua promulgação, necessidade de estabelecer linhas de financiamento,

Além disso há a necessidade do envolvimento formal de prefeitos, secretários municipais e estaduais, de monitoramento, orientação e assessoria aos municípios, de fiscalização e de novas políticas de financiamento, de programas de formação continuada para professores, de provisão de material e equipamento adequados, de sensibilização e envolvimento ativo das famílias na vida da escola, de orientação sobre procedimento a ser adotado com relação a alunos com deficiência, já adultos; do envolvimento afetivo as áreas da educação infantil, do ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, da educação profissional, da educação de jovens e adultos, do envolvimento efetivo das demais áreas da atenção pública e a necessidade de se criar e promover espaços de interlocução entre municípios e estados, etc.

Diante disto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Rural de Marabá (CRMB), dada a sua origem, propõe a formação técnica e humana, com vista à construção de uma atuação docente interdisciplinar, valorizando os saberes populares e assegurando a sua inter-relação com os conhecimentos científicos, bem como oportunizando a construção do conhecimento. Esta instituição de ensino tem a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável em diferentes níveis e modalidades, sobretudo nos cursos Técnicos Integrados ao ensino médio, dos povos do campo da mesorregião do Sudeste do Pará (PPP/CRMB, 2010).

Neste sentido apreende-se que o CRMB tem como sua política de educação, de inclusão social dos povos do campo, que no geral têm dificuldade ao acesso à educação de qualidade. É nesse contexto que a educação profissional e tecnológica integrada à educação indígena desenvolvida pelo CRMB se pauta pelo princípio da interculturalidade e se realiza por meio de projetos pedagógicos e curriculares



específicos, respeitando os preceitos da legislação da educação brasileira, valorizando os povos do campo, como sujeitos de direitos, os quais devem ser garantidos. (PPP/CRMB-2010).

Conforme a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

O respeito as diversidades e valores culturais de cada comunidade, são fundamentais para o fortalecimento de uma educação do campo pautada nos princípios agroecológicos, valorizando e respeitando a natureza, uma vez que os povos indígenas tem uma cultura de produção familiar e é nessa perspectiva que o CRMB estimula a conservação da biodiversidade.

Estas ações foram construídas, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 que ampara a assistência estudantil, conforme Artigo 3º, "o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e possibilitando esses serviços o educando têm mais possibilidades de concluir a educação básica e tecnológica e de acordo com o Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, e o estabelecido no artigo 4º de que a execução das ações de assistência estudantil abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em suas especificidades, nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e naquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

E, tratar de conceitos relacionados à saúde tem sido um desafio para a educação, na garantia do ensino/aprendizagem. Pois a escola geralmente está habituada a transmitir conteúdo sem se preocupar com quem são os sujeitos que a compõe pois, sua formação, está voltada unicamente para o mercado de trabalho. Neste sentido, Pinheiro (2011) afirma

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido



nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...].

Diferentemente do CRMB, onde se trabalha a Alternância pedagógica como princípio metodológico em que os educandos permanecem por um período de 30 a 45 dias no ambiente escolar (tempo escola-TE), ficando acomodados em alojamentos e recebendo a assistência à saúde, entre outros; e, 15 a 20 dias em atividades na comunidade (tempo comunidade-TC), assume uma proposta pedagógica pautada no currículo interdisciplinar via tema gerador e seus cursos detém diversos tipos de profissionais que atuam em áreas de conhecimentos distintos, sendo professores que atuam nas disciplinas da base comum, da parte técnica e diversificada e também técnicos que atuam na área administrativa, em atividades de ensino, pesquisa, extensão e saúde.

O CRMB através da atuação do Departamento de Assistência e Saúde da Comunidade Acadêmica (DASCA), tem como objetivo realizar atendimentos e ações educativas de prevenção aos agravos e promoção à saúde, viabiliza um espaço de atendimento especializado no âmbito educacional e/ou no processo saúde/doença através da prevenção, da comunidade acadêmica (servidores, educandos e terceirizados), bem como a possibilidade de reflexão das práticas e a elaboração adequada das questões biopsicossociais que possam estar interferindo no âmbito educacional/profissional e/ou provocando adoecimentos (CUNHA, 2011). ,

Este departamento possui uma equipe interdisciplinar (assistente social, psicóloga, educador físico, técnicos em enfermagem e nutricionista), que trabalham justamente a prevenção de agravos relacionados à saúde, bem como a promoção da qualidade de vida. No entanto, para se obter resultado satisfatório na aprendizagem, é importante que o aluno esteja saudável, daí a necessidade de educar os alunos, focando a saúde e não a doença.

Junto ao DASCA existe uma equipe que compõe o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Este núcleo, criado



em 2012, com objetivos, entre outros, implementar ações juntamente com as organizações sociais das pessoas com necessidades específicas e com órgãos públicos da esfera municipal e estadual a fim de proporcionarem formação profissional a essas pessoas, promovendo intercâmbio com outras entidades e o acesso ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, garantir as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências (ou necessidades especiais) é um compromisso do CRMB, com isso, é preciso tomar medidas que garanta a igualdade de acesso à educação, a aqueles com qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1998).

Na dimensão da educação inclusiva é fundamental a garantia do acesso e participação de todos, nas mais diversas formas de vivências e experiências formativas que o CRMB oferece a comunidade acadêmica, tendo respeito as peculiaridades individuais e/ou de grupos sociais a que pertencem.

Desse modo, tratar da educação inclusiva, não se restringe apenas em abordar questões relacionadas às pessoas com necessidades especiais e aos demais espaços sociais. Entretanto, a inclusão social como assegura a Constituição Brasileira de 1988 vai além disso, garante o direito a educação a todos os cidadãos, seja pessoa com deficiência ou não, das diversas classes sociais, de diferentes etnias, de formações culturais distintas, de gêneros e de orientações diversas, somando-se a isto segregar pessoas com deficiências é negar-lhe o direito de viver em sociedade e de aprender com outras pessoas ditas “não deficientes”.

No âmbito do processo de inclusão, três pontos se destacam: a garantia de educação, a garantia de trabalho, a garantia de convívio social e de uma vida afetiva satisfatória. A adaptação dos espaços para um viver mais seguro é um conceito que deverá ir além dos muros da escola, garantindo o convívio social a todos os cidadãos. E o espaço escolar deve contemplar usuários com necessidades distintas: auditiva, física, visual e cognitiva, entre outras. É a percepção da singularidade do outro que deve nortear todos os projetos e ações, sejam eles de arquitetura ou educativos.

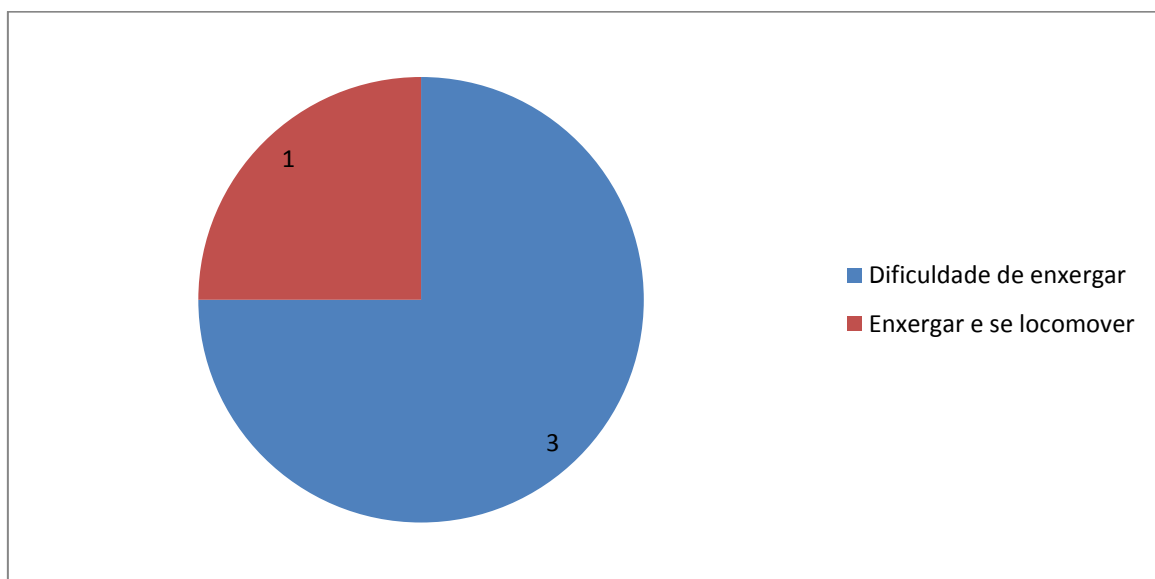


Diante do exposto e como parte das ações do NAPNE, em 2013, foi realizada uma roda de conversa com os educandos e educandas do curso Técnico em Agroecologia voltado para os povos Indígenas. Inicialmente foi feito uma breve apresentação do que é o Núcleo, sua equipe, seus objetivos, planos e projetos, etc. Em seguida foi feito um levantamento das demandas existentes em relação à necessidades educacionais específicas, com aplicação de questionários, além de orientações, a fim de sensibiliza-los, no que diz respeito a educação inclusiva. As atividades foram realizadas em sala de aula, dentro do percurso formativo, com duração de 02 horas/aulas. Os dados dos questionários foram sistematizados conforme nos mostra o gráfico abaixo:

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram das atividades 24 educandos do curso Técnico em Agroecologia voltados para os povos indígenas, destes, somente 04 responderam que possuem alguma tipo de necessidade específicas:

Gráfico 1- Dificuldades apontadas pelos educandos ao responderem ao questionário.



Fonte: DASCA/NAPNE, 2013



Vale ressaltar que diante dos resultados obtidos, através dos questionários foram trabalhadas ações, voltadas para solucionar estas demandas, além de outras de caráter preventivos com toda a turma. Somando-se a isto foram feitos encaminhamentos para profissionais competentes, afim de solucionar os problemas apresentados, com o intuito de melhorar o processo de ensino/aprendizagem destes educandos, garantido com isso a permanência dos mesmos no período do tempo escola com qualidade de vida.

Estes dados serviram para subsidiar ações, que foram trabalhadas durante a duração do curso, como editais de auxílios, entre outros.

E como resultados, durante a realização das atividades pode-se observar a participação voluntária em massa por parte dos educandos. Ao longo prazo estes resultados foram sendo vistos no dia-a-dia no período escolar, como a redução nos atendimentos e nas queixas realizadas pelos educandos ao Departamento de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transmitir informações a respeito do funcionamento do corpo e descrição das características das doenças, bem como um elenco de hábitos de higiene, não é suficiente para que os alunos desenvolvam atitudes de vida saudável. É preciso educar para a saúde, levando em conta todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia.

O IFPA/CRMB através do NAPNE tem um papel fundamental dentro do ambiente escolar, criando espaços de reflexões que interfiram nas tomadas de decisão das populações envolvidas e criando possibilidades para que a comunidade desta instituição possa desempenhar melhor suas atividades, garantindo, assim a qualidade no ensino/aprendizagem, através da educação inclusiva; nos cuidados com a saúde dos indivíduos que convivem nestes ambientes e nas suas comunidades.

Assim, o sucesso do processo da educação inclusiva, de acessibilidade, não cabe exclusivamente ao professor mas, uma ação coletiva envolvendo vários setores do governo, escola, educandos, família, sociedade, desmistificando que há inclusão, das pessoas com deficiência, quando na realidade é preciso o conjunto de situações



acima elencadas para acontecer este processo efetivamente. Sem segregação e fracasso no ensino dessas pessoas, reduzindo assim os riscos e agravos relacionados à saúde e trazendo responsabilização e intervenção do cuidado consigo, com o ambiente escolar e onde vivem, através de ações de acessibilidade, de prevenção e promoção de saúde, de inclusão social, na sua totalidade.



REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica. In: Sadao Omote. (org). Inclusão: intenção e realidade. 1 ed. Marília (SP): FUNDEPE, 2004, v., p 3760;

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948;

BRASIL. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº I, de 3 de abril de 2002;

BRASIL b. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

BRASIL, Lei 9.394 de 1990 (Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

BRASIL, República Federativa. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal/ Ceto gráfico, 1988;

CRMB/IFPA. Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá (CRMB), 2010;

CUNHA, Glenda. Projeto Piloto: Implantação do Departamento de Assistência e Saúde a Comunidade Acadêmica. Março, 2011;

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>.